



EXPERIÊNCIAS DE ESCRAVIZADOS, DE UM MENINO POBRE E DE UMA “PARENTA PRETA DOS SEUS BRANCOS BEM-NASCIDOS” NO INTERIOR DE CASAS-GRANDES E NEM TÃO GRANDES: A ESCRAVIDÃO DOMÉSTICA E A PÓS-EMANCIPAÇÃO NO RECIFE (1870-1910)¹

Maciel Henrique Carneiro da Silva²

Resumo: O artigo inventaria e examina algumas experiências de criadas e criados negros nos últimos anos da escravidão e nas primeiras décadas da pós-emancipação, na cidade do Recife. Examina e problematiza a força de permanências estruturais do racismo, da escravidão, dos laços de dependência social e racial que faziam de crianças negras, libertas e livres trabalhadores subalternos em casas de família. O conjunto de experiências narradas sugere, propositadamente, um quadro mais estático de um Recife que ultrapassa o ano de 1900 e as datas oficiais do fim da escravidão legal no país sem alterar radicalmente práticas e costumes de dominação, atualizando formas de sujeição inscritas no âmbito doméstico. O artigo interpreta textos literários, memórias e outros registros, a maioria construídos sob a perspectiva de senhores/patrões.

Palavras-chave: Escravidão doméstica; Pós-abolição; Memórias.

THE EXPERIENCES OF SLAVES, OF A POOR CHILD, AND OF A “BLACK KINNER FROM HIS ARISTOCRATS” WITHIN ‘CASAS-GRANDES’ AND NOT: DOMESTIC SLAVERY AND THE POST-EMANCIPATION IN RECIFE (1870-1910)

¹ Esse texto tem uma motivação no tempo presente. Ele foi escrito no contexto da triste morte do filho da empregada doméstica negra Mirtes, chamado Miguel, de apenas cinco anos. Abandonado pela patroa da mãe no elevador de serviço do Edifício Pier Maurício de Nassau, situado no bairro de São José, a criança caiu do nono andar do prédio de alto padrão e não resistiu. O movimento Justiça Por Miguel clama por justiça. Em plena pandemia do Covid-19, a empregada doméstica não foi liberada de suas atividades. O bairro de São José e histórias semelhantes aparecerão diversas vezes ao longo do texto.

² Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia; Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE; Coordenador do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - IFPE/Campus Recife.

E-mail: neabi@recife.ifpe.edu.br



Abstract: This paper makes an inventory and examines some experiences of black women and men domestic servants in the last years of slavery and in the first decades of post-emancipation, in the city of Recife. It examines and problematizes the strength of structural permanences of racism, slavery, the bonds of social and racial dependence that made black children, liberated and free subordinate workers in family homes. The set of experiences purposefully recounted suggests a more static picture of a Recife that goes beyond the year 1900 and the official dates of the end of legal slavery in the country without radically altering domination practices and customs, updating forms of subjection inscribed in the domestic sphere. This paper interprets literary texts, memoirs and other documents, most of which were constructed from the perspective of masters /patrons.

Keywords: Domestic slavery; Post-abolition; Memories.

EXPERIENCIAS DE ESCLAVIZADOS, DE UM NIÑO POBRE Y DE UNA “PARIENTE PRETA DE SUS BLANCOS BIEN-NACIDOS” AL INTERIOR DE CASAS-GRANDES Y NI TAN GRANDES: LA ESCLAVITUD DOMÉSTICA Y LA PÓS-EMANCIPACIÓN EN EL RECIFE (1870-1910)

Resumen: El artículo hace un inventario y examina algunas experiencias de mujeres y hombres negros de servicio doméstico en los últimos años de esclavitud y en las primeras décadas de la post-emancipación, en la ciudad de Recife. Examina y problematiza la fuerza de las permanencias estructurales del racismo, de la esclavitud, de los vínculos de dependencia social y racial que han producido niños negros, trabajadores subalternos liberados y libres en las casas familiares. El conjunto de experiencias narradas a propósito sugiere una imagen estática de un Recife que va más allá del año 1900 y de las fechas oficiales del fin de la esclavitud legal en el país sin modificar radicalmente las prácticas de dominación y las costumbres, por el que se actualizan las formas de sujeción inscritas en la esfera doméstica. El artículo interpreta textos literarios, memorias y otros documentos, la mayoría de los cuales fueron construidos bajo la perspectiva de los maestros/patrones.

Palabras clave: Esclavitud doméstica; Post-abolición; Memorias.

DES EXPÉRIENCES DES ESCLAVES, D’UN GARÇON PAUVRE ET D’UNE “SERVANTE NOIR DE SES ARISTOCRATES BLANCS” À L’INTÉRIEUR DE ‘CASAS-GRANDES’ ET PAS SI GRANDES: L’ESCLAVAGE DOMESTIQUE ET LA POST-ÉMANCIPATION À RECIFE (1870-1910)

Résumé: Cet article fait un inventaire et examine des certaines expériences de femmes et d’hommes domestiques noirs dans les dernières années d’esclavage et dans les premières décennies du post-émancipation, dans la ville de Recife. Il examine et problématise la force des permanences structurelles du racisme, de l’esclavage, des liens de dépendance sociaux et raciaux qui ont produit des enfants noirs, des travailleurs subalternes libérés et libres dans les maisons familiales. L’ensemble des expériences racontées à dessein suggère une image plus statique d’un Recife qui va au-delà de l’année 1900 et les dates officielles de la fin de l’esclavage légal dans le pays sans modifier radicalement les pratiques de domination et les coutumes, mettant à jour les façons de sujétion inscrites



dans la sphère domestique. Cet article interprète des textes littéraires, des mémoires et d'autres documents, dont la plupart ont été construits sous la perspective de maîtres / patrons.

Mots-clés: Esclavage domestique; Post-abolition; Mémoires.

INTRODUÇÃO

O objetivo desse texto é inventariar e examinar cenas de violências sofridas por mulheres e homens negros e pobres, trabalhadoras e trabalhadores domésticos no interior das casas recifenses, no período da escravidão e da pós-Emancipação. Em outros contextos, poder-se-ia falar de resistências e de lutas cotidianas, de 'direitos' arrancados de patrões e patroas, de senhores e senhoras (resistências e lutas que já têm abrangente e prolífica historiografia). De certo modo, apenas um negacionista da História afirmaria que a escravidão não envolveu resistências múltiplas, violências e dramas humanos cotidianos. O que esse texto pretende demonstrar é que os gestos de violência, controle, subalternidade e desumanidade não cessam em 1888 ou imediatamente depois, nem eram inexistentes entre mulheres negras livres e libertas antes do 13 de Maio. A casa, suposto espaço de proteção, é o espaço que sedimenta permanências brutais, angústias mal dissimuladas, lugar do confinamento, da perda de identidade e de experiências de autonomia, da insegurança, dos assédios sexuais, da construção de subalternidades desde a infância, fosse a trabalhadora/trabalhador doméstico escravizado ou inserido em malhas de dependência.

Sobrados habitados por portugueses instalados no Recife, sobrados habitados por brasileiros mais abonados, na segunda metade do século XIX, não eram mais as antigas casas-grandes dos engenhos, mas ainda mantinham, sempre que possível, as violências raciais contra seu pequeno número de criadas e criados negros, bem como rituais de subordinação. A casa-grande se urbaniza sem abandonar velhas hierarquias sócio-raciais, mantendo e ampliando lugares raciais e sociais a partir da exploração de pessoas mantidas nos trabalhos domésticos. Textos literários e documentos diversos atestam a força das permanências em um contexto de mudanças jurídico-políticas e de transformações urbanas mais ou menos profundas na pós-emancipação.

**GUIOMAR, GREGÓRIO BEZERRA E JOSÉ**

Em meados de 1910, com dez anos de idade, o menino Gregório Bezerra chega ao Recife pela Estação das Cinco Pontas, bairro de São José, trazido pelo Coronel Magalhães, senhor de três engenhos na Mata Sul, para quem deveria fazer alguns “servicinhos” e “coisas ligeiras e leves” (BEZERRA, 1980, p. 96). A promessa era de que, na capital, ele aprenderia a ler, escrever e contar. De Panelas para Palmares e de Palmares para Recife. O menino pobre recebido por José, também criança, filho de escravos libertos da família do velho coronel. José foi o primeiro amigo de Gregório. Carregou uma das malas dele. O jantar para o coronel foi um banquete. Para o descendente de escravos, José, e para Gregório, criança já sem mãe, os restos de uma galinha: ossos do pescoço, pés, duas costelas (BEZERRA, 1980, p. 98). José era filho de uma antiga escrava da família Magalhães, que vinha visita-lo a cada dois meses. A mãe sempre trazia um “presentinho” para a “sinhazinha Neném”, um gesto de gratidão. Segundo Gregório, a mãe de José era “uma servil criatura, de riso espontâneo” (BEZERRA, 1980, p. 99). Os vínculos de dependência estavam demarcados na pós-emancipação. Gregório, que não era propriamente um menino negro, e José, vinculado à escravidão, compartilharam, por algum tempo, os serviços domésticos, enquanto os de rua, como venda de alfenins, ainda ficaram com José. Aos poucos, Gregório toma para si todos os serviços domésticos antes destinados a seu companheiro de sina. José fora educado a “cocorotes” e alertou Gregório de que a mesma promessa de aprender a ler fora feita à mãe dele, e que não passava de uma mentira. O adulto Gregório, ao escrever suas memórias, sente pena do “pretinho”:

O mundo do meu amiguinho era um mundo muito restrito, sem nenhuma perspectiva; não sabia de nada, não conhecia nada, e seu vocabulário era mais restrito que o meu. Para ele, eu era um “doutô”, muito embora tivesse nascido na roça e ele na bela cidade do Recife. Tudo para ele era bom, nada reclamava, nada pedia.” (BEZERRA, 1980, p. 102).

Gregório lembra que eles não tinham “liberdade de brincar”. Falar com outros garotos, também não. Gregório chorava de saudade da mãe já falecida e de outros parentes. Nesse tempo, Recife fora atingida pela epidemia de varíola. O “menino



escravo”, José, contrai a doença. Mesmo tendo se queixado de dores de cabeça, febre e de algumas bolhas no rosto, José continuou vendendo os alfenins. Por fim, isolam-no em um quarto, preparado para esse fim pelo próprio Gregório. A família isolou-se de José. Quem levava a comida e o remédio era o criado Gregório. Com a demora para ser hospitalizado pela família Magalhães, José falece, deixando uma sobrecarga de trabalho doméstico para o companheiro (BEZERRA, 1980, p. 104). A mãe de José também estivera doente. Quatro meses depois aparece para sua visita habitual, para “dar a benção ao seu filho” – e, provavelmente, trazer algum presente para a Sinhazinha. A matrona, então, anuncia, com indiferença, a morte de José, que ocorrera já fazia quatro meses. Ao choro da mãe, responde “– Cale-se, mulher, ele morreu porque Deus quis, para que tanto berreiro?”. Diante dessa fria repreensão, segundo Gregório, a ex-escrava “levantou a cabeça, cravou os grandes olhos na ex-sinhazinha e respondeu: – Sinhá, sou mãe dele, num picisa bigá cum eu; vou imbola, me adisculpe.” A matrona não gosta da resposta e do olhar altivo da mãe que perdera o filho, e culpa a Princesa Isabel e Joaquim Nabuco “e outros que libertaram os negros”, e lamenta não poder mais fazer uso de palmatórias e de chibatadas (BEZERRA, 1980, p. 106).

Uma outra narrativa, agora fictícia. A criada Guiomar existe na escritura de José Lins do Rego. Personagem de *O moleque Ricardo*, ela muito se assemelha a José e ao próprio Gregório. Como José, ela também tinha origem nos engenhos da Mata Sul, e veio para o Recife para servir à família latifundiária do município do Cabo (REGO, s/d, p. 19). De tez menos escura do que Ricardo, personagem central do romance, Guiomar falava pouco, era desconfiada, mas ria para Ricardo quando se encontravam. Ela, contudo, não tinha liberdade de sair, de conversar livremente, de construir sua relação com o então “pãozeiro” Ricardo. Era um namoro sem contato físico (REGO, s/d, p.21). O romance do escritor paraibano tem sua trama situada na segunda década do século XX, em uma cidade já mais apinhada de gente, com algum nível de industrialização e com alguma promessa de prosperidade, não deixando de, ao mesmo tempo, caracterizar-se pela pobreza e pelos mocambos que cresciam na paisagem. A família latifundiária do Cabo, cujo nome não consta no romance, volta para o engenho. Dias depois, a notícia: “A negrinha tomou veneno.” O informante acrescenta que ela chegou no engenho “toda bisonha, para um canto, sem querer falar com ninguém, tão triste.” (REGO, s/d, p. 25) A patroa de Guiomar,



D. Dondon, controlava-a com mão de ferro: nem cinema, nem namoro, nem saídas para conversar. Era do muro para dentro. O lampejo de romance fora interrompido no nascedouro. Guiomar comete suicídio. Enquanto o criadinho José e sua mãe têm sua relação interrompida pela indiferença patronal diante de uma grave doença, Guiomar sente presa pela patroa rigorosa, a quem deve seguir não importa para onde vá. Guiomar não tinha perdido, aparentemente, nada no engenho. Não era a vida que queria. Outras criadas, contudo, retiradas dos engenhos, deixam neles filhos. Mas seguem para o Recife para cuidar de antigas senhoras e senhores de engenho, como a cozinheira da irmã do senhor de engenho pernambucano Júlio Bello (SILVA, 2016, p. 144; BELLO, 1985, p. 64). Já “mulata velha”, a ex-escrava deixara no engenho dois filhos, Zeferina e José, pelos quais sentia profunda saudade.

DORMIR, DESPERTAR, FUGIR

Um dos livros mais famosos de Recife e, talvez, um dos mais racistas, é o mítico *A emparedada da rua nova*, escrito pelo fundador da Academia Pernambucana de Letras, Joaquim Maria Carneiro Vilela (1846-1913). A macabra história de uma jovem emparedada viva pelo vingativo pai é um mistério assustador. Para o autor, o livro não traz, senão, “um dos muitos episódios verdadeiros e misteriosos da história secreta da nossa província” (VILELA, 2005, p. 367). O que não assusta, nem surpreende é o tratamento recebido pelas escravas domésticas ao longo da novela. Dormindo na cozinha, sobre uma esteira velha de periperi, a escrava é acordada com “um vigoroso ponta-pé”, e aos gritos de “Levanta-te, peste”. A “macaca friorenta”, a “preta”, no discurso de Vilela, estaria habituada a esse tipo de tratamento (VILELA, 2005, p. 215).

O texto de Vilela impressiona pelo realismo. Em um processo de denúncia de estupro datado de 1902, contra a criada branca Anna, de pais já falecidos, fica evidente que ela sofria os maus-tratos domésticos similares aos da escrava de *A emparedada*. Anna dormia no corredor que dava acesso ao banheiro, sobre um simples tapete. O patrão a teria estuprado nesse lugar. A violência do estupro é o ápice de um conjunto de violências menores e corriqueiras. Anna tinha 12 anos, chorava todas as noites. O depoimento do réu diz que, indo ao banheiro, abriu a porta do quarto que dava para o corredor e



machucou a menor nesse gesto, e a mulher dele ouviu o gemido e o choro de Anna, mas não se preocupou “por ser costume da menor”. Anna já estava em sua segunda casa como criada, sempre cuidando dos filhos das patroas, enquanto ela mesma não recebia cuidados, não tinha parentes que a protegessem. (SILVA, 2016, p. 256-260).

A recorrência de antigos dependentes, escravizados ou libertos, que eram conduzidos de engenhos e de cidades e vilas da Mata Sul para o Recife, em especial quando menores de idade, para servirem a herdeiros de antigas propriedades rurais escravistas, inseridos em algum cargo na burocracia da Província/Estado, é flagrante. Os sobrados urbanos de Recife vão abrigar esses filhos da aristocracia rural decadente e seus dependentes. Um desses filhos da aristocracia rural pernambucana, Félix Cavalcanti de Albuquerque, deixou registros de várias dessas mulheres pretas e pardas espalhadas nas casas de membros de sua família. Depois da morte do pai, em 1836, Félix Cavalcanti e seus irmãos perderam o engenho situado em São Benedito, Mata Sul da província, e foram obrigados a viver de cargos públicos na capital. É verdade que, segundo Gilberto Freyre, o memorialista ocupou apenas um “emprego medíocre” em Recife: regente de educandos do Arsenal de Guerra, em um primeiro momento, Amanuense da Santa Casa de Misericórdia, em outro (FREYRE, 1959, p. XXXII e LXXXVIII). O falido Cavalcanti se instala, de início, no Arraial, arrabalde de Recife, depois em Beberibe. Mas será nos inúmeros sobrados de São José, como também os meninos Gregório e José da casa dos Magalhães, que fixará residência (FREYRE, 1959, XLI). Homem monarquista e conservador, dissera que a resolução de abolir a escravidão não teria sido “a melhor, falando economicamente” (FREYRE, 1959, p. XLVI). Mantinha em sua residência “escravos domésticos ou crias de estimação já elevados a pessoas da família” (FREYRE, 1959, p. L).

Quem eram essas “crias de estimação” de Félix Cavalcanti? Rosalina, Maria (e outra Maria), Carolina, Antonia, Josepha, Deolinda e outra também de nome Josepha. Rosalina e Maria eram irmãs, originárias do povoado de São Benedito, e o próprio pai as teria entregue ao aristocrata no dia 18 de dezembro de 1878, que ficou com Rosalina e deixou Maria na casa de um de seus filhos, Demócrito; no dia 7 de junho de 1882, uma parda de oito anos também chamada Maria foi deixada na casa de Cavalcanti pela mãe, chamada Francisca, mas que, 1 ano e meio depois, em 3 de dezembro de 1883, tomou a



filha de volta dizendo que já estava em condições de cria-la. Maria estava para ser inscrita no Colégio dos Órfãos quando a mãe a retomou; Carolina teria sido entregue a Cavalcanti no dia 19 de dezembro de 1883 por sua tia, chamada Maria, parda, escrava de uma certa viúva; de Josepha, sabe-se apenas que adentrou a casa no dia 23 de dezembro de 1883, que teria uns 13 anos e que viera do Engenho Bem-Fica.

Se é evidente que a pobreza e a dependência explicam a chegada de menores para trabalharem em casas de famílias, senão ricas, mas de nome importante, nem sempre fica claro como e porque elas saem da tutela de seus “protetores”. Rosalina saiu da casa de Cavalcanti no dia 11 de abril de 1886, mas Cavalcanti registra apenas uma fria nota em suas memórias para a criada que servira em sua casa por quase oito anos; também lacônica a nota da saída de Carolina, no dia 15 de setembro de 1888, e sua substituição por Antônia, uma ingênua de talvez 14 anos, filha de antiga escrava de certo Heráclio. O 13 de Maio e a Lei do Ventre Livre não parecem ter afetado substancialmente a vida de Antônia. Outros casos de saída da casa, contudo, são mais ruidosos. Josepha foge da casa, como faziam escravizadas e escravizados.

“Fugida de Josepha

No dia 6 de Janeiro de 1897, fugio de minha casa, para onde entrara no dia 22 de Dezembro de 1883. Por treze annos revelou qualidades que a distinguiram das da sua classe. Eu, meus filhos e netos, e as pessoas de nossa amisade, a consideravamos como se fosse uma filha. Estava para casar, mas a fraqueza humana é grande.

Não fiquei votando-lhe odio, ao contrario, senti dolorosa saudade de Josepha. Que os ceos a abençoem e protejam é o que de coração lhe desejo. (FREYRE, 1959, p. 109)

Se as demais saídas foram registradas em poucas linhas, Josepha mereceu um texto mais longo. Quatorze anos depois de residir e servir à família de Félix Cavalcanti, e já com mais de 20 anos de idade, Josepha decide pela fuga. Que casamento era esse? Que arranjos foram feitos sem, talvez, contar com sua anuência? Deve ter sido bem fiel e obediente para receber elogios que não eram estendidos pelo patriarca aos “da sua classe”, ou seja, aos demais negros e negras. E Cavalcanti reproduz, então, o clássico discurso de que ela era “como se fosse uma filha”. Uma “filha” que, contudo, não deixa de pertencer à outra “classe” de pessoas. O Recife arcaico do conservador Félix Cavalcanti perdoa a subordinada que foge. Pede perdão? Antonia, ingênua, logo, nascida após a Lei do Ventre



Livre, também optou pela fuga, abandonando a casa número sete da rua Princesa Isabel, onde Cavalcanti, então, residia. Fugira precisamente às oito horas da noite do dia 14 de Maio de 1897 (FREYRE, 1959, p. 109-110). Servindo à família desde 1888 por longos nove anos, Antonia, ao contrário de Josepha, não recebera elogios na seca nota onde se registrou o episódio doméstico de sua fuga.

Outra Josepha, menor de idade, também fugira da casa de Félix Cavalcanti. Tinha chegado à casa do Amanuense no dia 6 de novembro de 1899. Seduzida por Maria, também menor, Josepha teria desaparecido. Dois meses depois, informado por terceiros, Félix soube do paradeiro de Josepha e foi busca-la. No dia 22 de janeiro de 1900, ele a trouxe para sua casa e, no dia seguinte, entregou-a à mãe (FREYRE, 1959, p. 123-124). Talvez fosse isso mesmo a menor quisesse, voltar para sua mãe, e a fuga só foi um modo de demonstrar insatisfação com sua condição. A formação de família, fosse entre escravizados, fosse entre libertos, era um problema recorrente nos últimos anos da escravidão e mesmo depois. Pobreza, abandono, trabalhos domésticos exaustivos, estigmas raciais construídos na escravidão e na pós-abolição, situam negros e negras longe dos discursos higiênicos e racistas sobre família e maternidade, que passam a pautar um excludente projeto moderno de nação (ARIZA, 2017, p. 56 e 66), discursos que marcavam a história de mães negras tidas como inadequadas, bem como a biografia de seus filhos e filhas.

“TÃO BOM COMO TÃO BOM! ”: NARRATIVAS DO 13 DE MAIO

Então, sob a perspectiva das relações sociais e raciais no âmbito doméstico, e também à luz das experiências narradas acima, quais os significados do 13 de Maio para criadas e criados, a maioria mulheres e homens negros? Como as narrativas de antigos proprietários de escravizados percebem e descrevem os “novos tempos”? O exagero de Pedro Calmon, para quem, na Bahia do dia seguinte à Lei Áurea, havia “damas fidalgas” se ocupando dos afazeres domésticos “rudes” em suas casas, não vem ao caso. Sua piedade para com as “damas fidalgas”, para com as “mães de boas famílias”, agora obrigadas a irem para “as cozinhas”, também é de espantar (ALBUQUERQUE W., 2009, p. 106).



Logo após o dia 13 de Maio, os gritos de “Tão bom como tão bom!”, segundo Gilberto Freyre, ecoaram como “grito de guerra na boca dos libertos”. Era o chamado “surto igualitário” dos “embriagados de liberdade” que tomava conta do país. O pernambucano Freyre sentenciar e demarca seu lugar de fala aristocrático e racialmente orientado: era um “Grito de guerra às vezes insolente” (FREYRE, 2004, p. 142); para Gilberto Freyre, havia um quê de ridículo nos libertos negros (os “livres novos”) quererem se equiparar aos “livres já antigos” (homens civilizados, europeizados) em gozar nas mesmas “regalias”.

A partir das experiências contadas acima, contudo, os marcos legais da escravidão – 1871 e 1888, em particular – não parecem ter rompido substancialmente modos de vida domésticos, padrões e hierarquias raciais e sociais há muito sedimentadas. Contudo, não se trata aqui de perceber a abolição como “completa fraude” ou como “liberdade irrestrita”. O olhar historiográfico brasileiro contemporâneo compreende 1888 não como ponto de chegada ou um “ponto de transição”, mas a partir de um cenário no qual liberdade e cidadania perfazem tensões e disputas nas quais o debate sobre raça/racismo não pode ficar de fora do jogo (ALBUQUERQUE W., 2009, p. 97). Tomando as experiências da doméstica negra Guiomar (personagem fictício de José Lins do Rego), do órfão Gregório Bezerra, do descendente de escravizados José, e de outros mais, pode-se afirmar que a crise da escravidão desorganizou a casa/sobrado recifense, provocando novas hierarquias sócio-raciais em seu interior? Em outros termos, o 13 de Maio alterou as relações de poder entre senhores e subalternos a ponto de afetar o campo da domesticidade?

A resposta de Gilberto Freyre aponta para o peso das tradições monárquicas, ibéricas e católicas. A narrativa freiriana enxerga o “surto igualitário” sem, contudo, deixar de notar as permanências: são os “patriarcas de novo estilo” que irão gerir o país na pós-Abolição; haveria um tipo de “brasileiro médio” que colmataria as diversas injunções. E arremata: “Inclusive as próprias sobrevivências da figura do escravo e da do descendente de escravo dentro do sistema patriarcal de família e junto à criança brasileira” teriam trabalhado contra a “desagregação temida” e em favor da unidade (FREYRE, 2004, p. 175 e 194). A pós-abolição, bem como os ventos republicanos, não trariam, por essa narrativa, o fim de uma era. Genros continuaram os sogros, escravizados e



descendentes permaneceram servindo aos novos patriarcas. Apenas não era mais possível ser patriarcal do mesmo modo. O livro *Ordem & progresso* é já uma elaboração discursiva produzida com algum lapso temporal em relação aos eventos de fins do século XIX. Os contemporâneos dos eventos têm narrativas, por vezes, mais sombrias. A construção freyriana do chamado “brasileiro médio” ou “brasileiro síntese” é um artifício discursivo para anular processos de ruptura, para acomodar o novo anunciado pelos discursos republicanos e positivistas, para acomodar as modas de “governantas europeias” e outras transformações (FREYRE, 2004, p. 172).

Mas parte dos contemporâneos do fim da escravidão e da Monarquia temiam mesmo pelo que chamavam de “ingratidão” e “infidelidade” de libertos e libertas, e construíram a narrativa do caos no contexto dos debates abolicionistas, ampliando o tom do que seriam as imensas perdas econômicas da classe “industrial”. Em Pernambuco, entretanto, a narrativa freyriana guarda profunda correspondência com a elaborada por memorialistas e escritores que, como ele, tudo acomodam, tudo perdoam.

Ainda que esperada como inevitável, a abolição não deixa de ser tida como um gesto radical, em especial pelo teor irrevogável de eliminar, ao menos juridicamente, a chamada “força moral” de senhores sobre subalternos. Uma “força moral” que, na prática, já vinha sendo desgastada pela agência dos próprios escravizados, pelo abolicionismo, pelos embates jurídicos, mas que, a partir do 13 de Maio, assumiu o sentido de fim dos tempos para senhores ainda resistentes. O Estado monárquico quebrava, em um texto de lei rápido e sem rodeios, o último bastião de força moral: o ser chamado de “senhor”.

Nesse ponto em especial, o da “força moral” abalada, é que devem ser lidas tanto as experiências da domesticidade acima aludidas, bem como, adiante, as memórias de Júlio Bello (1873-1951) e de Mário Sette (1886-1950), dois pernambucanos que, apesar das diferentes origens, acomodam o passado escravista em suas narrativas escritas na pós-emancipação. O primeiro é o típico senhor de engenho nascido em casa-grande no município de Barreiros, tradicional região canavieira e escravista da Mata Sul. Mário Sette, no máximo, pode ser classificado como homem pertencente às camadas médias urbanas, escritor, professor, cronista habilidoso. Em qualquer sentido, Sette não se pretende aristocrata de origem, nem porta sobrenomes ligados aos engenhos pernambucanos. Seu primeiro romance *Senhora de Engenho* (1921), entretanto, traz ao



leitor modos e valores de uma aristocracia rural decadente. No Engenho Águas Claras, a “doçura” no trato com os escravizados foi retribuída, na abolição, pela permanência total dos antigos subalternos. O lugar era mesmo o “paraíso” para onde fugiam escravizados vítimas de castigos físicos em engenhos próximos. Mas há uma confissão: a criadagem “se amalandrava” (SILVA, 2012, p. 360).

Em Sette, as tensões – ‘malandragens’? – se insinuam, leves, para serem rapidamente acomodadas em uma normalidade cotidiana. O católico e pacato escritor ama ler os clássicos franceses, de Michelet a Zola, de Hugo a Maupassant, mas teme as cenas de guilhotinas, as prisões, Marat e os *sans-culotte*, impressionantes imagens vistas por ele no Museu Grevin, em 1895 (SETTE, 1980, p. 35 e 93). No primeiro ano de vida do escritor e professor Mário Sette, vivido na rua Princesa Isabel, na Boa Vista, a espaçosa casa dos pais era habitada também por duas irmãs solteiras, por uma afilhada do pai, “um velho preto Isidoro, que já fora escravo, e umas pretas antigas”. Depois de um ano de idade, a casa tornou-se pequena e os pais se mudaram para a rua do Riachuelo, para uma casa mais espaçosa. Não era a mãe dele que “governava” a casa. Era sua avó Dindinha, já que “queriam poupar minha mãe das “inferneiras” com as amas” (SETTE, 1980, p. 23). Não ficam explícitas que tipo de “inferneiras” eram essas, nem se elas aumentaram após 1888. O memorialista também se recorda do liberto pardo Isidoro, que teria sido “alforriado muito antes de 13 de Maio”, permanecendo na casa. Segundo Sette, o pardo “de raro em raro tomava uma carraspana e ficava malcriado. Levava um carão de meu pai e ia dormir. No outro dia, chorava, arrependia-se e passava anos com juízo. Morreu do coração.” (SETTE, 1980, p. 28). O incidente de rebeldia de Isidoro sempre voltava a se repetir. Mas não como hábito diário e dirigido explicitamente contra seus senhores.

Logo, não é o marcante evento político do 13 de Maio que perturba a criança recifense Mário Sette, mas sim o episódio mais dramático da morte do pai, em 1897, que gerou alvoroço mesmo entre o chamado “povo da cozinha”, ou seja, o conjunto de dependentes do patriarca, os criados, o povo “que era como se fosse também da família”, expressão que reverbera a mística senhorial de inclusão pela casa e pela subalternidade (SETTE, 1980, p. 43). A feliz infância do menino Sette evoca a família e os criados negros, que eram sua “corte” afetiva (SETTE, 1980, p. 57). O menino branco tem mesmo, em sua memória afetiva, a sua “mãe-preta”, falecida em 1918 na casa de sua tia Iaiá:



“Levei-a, filialmente, à cova, com o carinho com que ele [ela] tantas vezes me carregou. Ainda pôde conhecer meus filhos e contar-lhes as histórias de que tanto gostava. Boníssima Sinha’Aninha!” (SETTE, 1980, p. 61; SILVA, 2016). Um capítulo fundamental da história familiar do escritor parece se encerrar. Constrói-se a recorrente narrativa da presença/proximidade da figura arquetípica das negras generosas, das contadoras de histórias para meninos brancos residentes nas “áreas patriarcais e agrárias mais antigas do País”, onde supostamente os escravizados já “não sofriam sequer repreensão” (FREYRE, 2004, p. 193).

Diferentemente de Mário Sette, Júlio Bello traz, nos anos 1930, a voz de um “autêntico” senhor de engenho. Suas memórias, diz o prefaciador Gilberto Freyre, contribuem para a composição da história social de Pernambuco, para o desvelamento de um “Pernambuco das últimas casas-grandes particulares” (FREYRE, In: BELLO, 1985, p. XVIII). Mas as proximidades entre os dois memorialistas são mais evidentes do que pontuais diferenças de classe. É possível mesmo encontrar em ambos o mesmo sentido de perda, de saudade, um sentimentalismo espalhado em cada página, a noção mesma de que os tempos passados eram melhores do que o presente. E melhores não apenas para eles, os senhores, mas ainda para os próprios subalternos negros e negras, por quem eles falam abundantemente.

Júlio Bello lembra com saudade de seus – e o pronome possessivo se impõe – “companheiros de brinquedo”, “dos moleques de engenho”, bem como “da mucama que me criou – Isabel, que eu chamava carinhosamente Bebê.” (BELLO, 1985, p. 28). O pronome possessivo reaparece com naturalidade, na página seguinte, em “eu e os meus moleques fizemos nossas cavalhadas de cavalo de pau ou de flexa de cana”. E não, em nenhum momento, “os cavaleiros negros nunca ousaram vencer o cavaleiro branco.” (BELLO, 1985, p. 29-30). Os companheiros de brinquedo eram humildes, e o menino branco só poderia vencer as justas medievais assim improvisadas. Mas nesse improviso, nesse “brinquedo” que se pretende inocente, não cabe vitória de crianças negras. Eram anos, ainda, de escravidão. Então “A lei de 13 de maio fê-los livres”, e nenhum orgulho surgiu nos negros livres, nenhuma “repugnância” dos antigos donos, nenhuma tentativa de criar uma “Libéria brasileira”. O “atavismo” era o de servir humildemente os



potentados. Os negros se sentem mesmo inferiores, procuram imitar os brancos (BELLO, 1985, p. 39). O negro livre não odeia aquele que os explorou e castigou por séculos:

“Na imensa sensibilidade de sua alma todo esse ódio caiu e mergulhou completamente na misericórdia, afogando-se. As cenas por vezes infernais da escravidão, ele as olvidou.” (BELLO, 1985, p. 39).

Havia um inferno na escravidão, supostamente esquecido, pelos negros, e uma doce infância de criança branca vencedora nas brincadeiras com seus “moleques”. Os escravizados da casa, contudo, aliviavam seu purgatório fazendo “pequenas rapinagens” na casa-grande. Pequenos furtos perdoados pelo pai, homem tido como justo, que reconhece que os escravizados domésticos se julgavam “um pouco donos daquilo que custava o esforço de seus braços” (BELLO, 1985, p. 42). Os maus senhores de engenho, aqueles impiedosos e cruéis, em Pernambuco, eram exceção, e motivos de “execração geral”. O escritor foi mesmo buscar na província vizinha de Alagoas um “Senhor de engenho” – as aspas são ironia do próprio memorialista – cruel, que era um “mestiço bronzeado de cabelo quase carapinho”. Mas era apenas um “adventício na classe”, não pertencendo ao grupo dos senhores de engenho mais antigos, homens, evidentemente, de bons modos e cor mais clara, no entender do saudosista senhor de engenho.

É preciso reconhecer que Bello se trai. Há nele certo tom de ressentimento com o encaminhamento político da monarquia para a questão da escravidão: “E a abolição veio mesmo estouvadamente, desorganizando em muito a vida do campo, sem prévio preparo, sem indenização e por isto como um grave erro administrativo.”. E sim, com a abolição, o que sempre se temeu acontece: “o êxodo de grande parte dos escravos, principalmente dos mais novos” (BELLO, 1985, p. 47). Mas o pai teria recebido a notícia da Abolição “filosoficamente”, pois já vinha alforriando os “mais estimados” escravos, que eram, de fato, os domésticos: o pajem Vicente e Izabel (a ama de Bello). Cita apenas esses dois casos. Mais uma confissão que trai o desconforto do memorialista: “Houve o afrouxamento progressivo da disciplina no trabalho e do respeito” (BELLO, 1985, p. 48). Senhores não indenizados, perda da autoridade moral, perda do poder de coação, perda daquele tom de ameaça do “Vendo-te para o café”, do ritual patriarcal de ser chamado de senhor na expressão “Meu Senhor. Abenção” (BELLO, 1985, p. 47). Os escravizados



mais novos não vêm mais pedir essa bênção senhorial, como faziam os mais antigos. Bello, um tanto confuso, parece hesitar se perdoa, se não perdoa. Ao final, perdoa e abençoa, se não todos os escravizados, ao menos os domésticos mais próximos. Aos criados do presente, umas três décadas depois da morte dos últimos “escravos africanos”, diz o senhor de engenho:

Flora, Elvira, Maria, Benedita, Amaro, Manuel, Deus vos abençoe pelo muito que vos mereço!

Deus vos abençoe pelo que sofrestes no passado nos vossos pais e avós, tão pacientes e resignados, pelos trabalhos que a vida vos acarreta no presente; Deus vos abençoe no futuro para que a idéia que vem em marcha recompense nos vossos filhos, sofrimentos e labores tão assinalados pelo sangue e pelo suor de tantas gerações! (BELLO, 1985, p. 182).

O herdeiro das tradições senhoriais sabe-se economicamente prejudicado pela abolição. Mas parece não lamentar, em seus dependentes negros, nenhuma perda de autoridade moral. Sente-se amado, sente-se bem servido e exalta em linhas grandiloquentes “os bons sentimentos de afeto do negro e seus mestiços agregados às nossas casas, mais em contato conosco e com nossos interesses e a nossa vida” (BELLO, 1985, p. 180 e p.181). Do mesmo modo que Bello confessa, por vezes, reprimir seus “surto de prepotência de despotismo dos ancestrais”, percebe em negros e mestiços o “atavismo” da subserviência. Se a abolição não abalou seu domínio moral, nem alterou sua “tolerância” para com libertos, outros senhores, contudo, teriam abandonado antigos “angolas” a sua própria miséria e velhice, por despeito diante do que o próprio Bello chamou de “draconismo da lei” de 13 de Maio. Nem todos os senhores, portanto, haviam “perdoado” e “abençoados” patriarcalmente seus antigos escravizados. Se entre os libertos da lei houve muitos “embriagados da liberdade”, havia também antigos proprietários de escravizados embriagados de ódio e ainda imbuídos de antigos privilégios contidos na expressão “CONSERVE-SE A PALAVRA SENHOR!” (ALBUQUERQUE W. 2009, p. 109).

UMA CONCLUSÃO: GREGÓRIO, INFÂNCIA SEM COR, PERMANÊNCIAS, “SORRISO BOM”

A pós-emancipação, como é praticamente um consenso, não inaugura a igualdade, nem aplana as diferenças sociais de séculos de escravidão no país. Os serviços domésticos prestados por criadas e criados negros (e não-brancos), se não podem mais ser organizados sob o regime de escravidão, atestam para uma permanência de poder senhorial que ainda terá longa duração. As imagens dos escravos domésticos fiéis e submissos, como construção senhorial, suavizam a narrativa das perdas econômicas e do abalo nas performances de domínio patriarcal e escravista. O Recife das reformas urbanas, o Recife que abre novos espaços na *urbis*, que demole paisagens coloniais, que cresce em termos demográficos e vive a euforia das novidades é, também, o Recife das permanências: da paisagem do bairro de São José e seus sobrados, de casas espaçosas da Boa Vista, de negras e negros servindo nas casas com um “sorriso bom” (FREYRE, 1964, p. 5).

E aqui retomo Gregório Bezerra. O adolescente se submeteu a perigos e violências nas ruas do Recife pós-emancipação, fazendo diversos trabalhos precários, tudo para evitar voltar a realizar trabalhos domésticos em casas de família. As experiências na casa do Coronel Magalhães deixaram feridas no já adolescente que chegou a vagar pelas ruas do Recife sem ter onde ficar, passando fome, depois de ter empreendido uma fuga. A família Magalhães se mudara para uma casa enorme situada na rua da Concórdia, bairro de São José: oito quartos, grande sala de visitas, sala de jantar, sala de copa, corredor, quarto para empregados e outro para a empregada, quintal, banheiro e privada. A quantidade de trabalho aumentara e muito: “Os pinicos tinham que ficar limpinhos e enxutinhos para não molhar a bunda das grã-finas. E ai de mim se alguma delas ou algum deles fosse ao vaso e tivesse algumas gotas d’água em suas bordas.” (BEZERRA, 1980, p. 105). Gregório, depois de discussão em que foi acusado de não fazer o serviço direito de propósito, resolve, dessa vez intencionalmente, não enxugar mais os penicos. A confusão aumenta. Mas o mantiveram na mesma tarefa que ele se recusava a cumprir. Ele, então, quebra um dos penicos de porcelana. Sofre ameaças e insultos. Após sucessivas alertas de que fugiria, a família confisca os três mil e quinhentos réis do baú dele e a roupa... ele fugiu assim mesmo, sem dinheiro, sem roupa: “fugi para não ser mais escravo de ninguém” (BEZERRA, 1980, p. 114).



Vivendo na rua, fará pequenos serviços para desconhecidos, como carregar maletas, ajudar a carregar compras, tudo por alguma refeição. Chegou a comer pedaço de pão retirado da lata de lixo do famoso e tradicional restaurante Manoel Leite, situado na mesma rua da Concórdia, praça Joaquim Nabuco (BEZERRA, 1980, p. 119). O velho Magalhães colocou até “nota nos jornais” anunciando gratificação para quem o encontrasse. Inconscientemente, Gregório percorria os mesmos lugares por onde antigos escravizados procuravam se ocultar. Já depois de inúmeras peripécias e violências sofridas, o já adolescente Gregório, vendendo jornais nas ruas e disputando território com seus concorrentes, sentenciava:

Ou então fugia daquela dolorosa profissão [vender jornais]. Aliás, esse era o meu desejo. Mas faltavam empregos; só se ofereciam ocupações domésticas, que me causavam pavor. Encontrei muitas famílias que tinham vontade de me amparar. Mas, quando me lembrava do que tinha passado na casa do seu Magalhães, corria às léguas de todos os convites e preferia a vida muito dura que levava e que, pelo menos, me dava certa liberdade de ação. Além disso, havia o salário. (BEZERRA, 1980, p. 127).

As amargas experiências de trabalho doméstico de Gregório Bezerra, na pós-emancipação, parecem saídas de um filme neorrealista italiano do pós-guerra. Não se trata de um menino negro como José, seu já falecido companheiro da faina doméstica. É uma infância sem cor, sem brincadeiras, pobre. A infância de Gregório lembra a crônica “Pelas crianças pobres”, publicada no *Diário do Estado*, no dia 11 de janeiro de 1919, e escrita por José Lins do Rego, então estudante da Faculdade de Direito do Recife. Nascido em 1901, Rêgo era um ano mais novo do que Gregório, mas frequenta lugares privilegiados de Recife. O acadêmico, herdeiro do que Evaldo Cabral de Mello chama de açucarocracia (MELLO, 2003, p. 350), será o cronista piedoso das “Pobres criancinhas que não têm uma gota de leite, porque mirrados estão os seios de suas mães famintas”, das criancinhas pobres que não têm outra coisa, senão “as lágrimas frias de uma mãe semimorta”, cadavérica, onde o cronista ainda consegue enxergar relances de uma “beleza grega” (REGO, 2007, p. 39). Para essas crianças, que não são negras como as do senhor de engenho Júlio Bello, nem se conectam com as “cenas por vezes infernais da escravidão” (BELLO, 1985, p. 39), que não têm rosto, para elas, o sentimento católico do jovem “panfletário” exorta pela caridade dos potentados.



Cinco anos depois, em 1924, e já tendo conhecido Gilberto Freyre na lendária Esquina da Lafayette, rua do Imperador, endereço de encontro de intelectuais pernambucanos da época, Rego, já mais maduro, confidencia em carta: “Preciso de ordem, meu caro Gilberto. Ordem e ordem” (REGO, 2007, p. 30). Do mesmo modo, ao elogiar o escritor paraibano José Américo de Almeida, Rego diz não encontrar as qualidades estéticas dele em algum “poeta de voz alta”, e lamenta o desperdício do talento de Castro Alves em “apiedar-se de negros robustos que estavam tão bem nos servindo na escravidão” (REGO, 2007, p. 269). Castro Alves seria esse “poeta de voz alta” que, se fosse um José Américo de Almeida, seria mais grandioso. Não ficamos sabendo se os “negros robustos” do passado pertencem ou não ao conjunto genérico de criancinhas pobres recifenses ou, se pertencendo, de algum modo perderam os rostos negros. Rêgo parece falar de uma criança abstrata, de fato sofredora, mas que não traz consigo as experiências da escravidão.

Para lapidar mais essas narrativas e finalizar o artigo, trago a imagem do criado negro, antigo escravo, chamado Amaro, o de “sorriso bom”. Trata-se de uma invenção literária do sociólogo Gilberto Freyre. Em 1960, o sociólogo pernambucano, em um texto que ele mesmo aponta como uma “seminovela”, situa no bairro de São José a aristocrática e empobrecida família Wanderley e seus dois criados: Amaro, “um muleque o seu tanto arcaico” e “retinto de preto”; e Inácia, descrita como “sem ser respondona” (FREYRE, 1964, p. 5 e 36). Ambos vindos – nenhuma novidade – do engenho. A história se passa nas proximidades de 1900, mas remonta aos anos 1870, data de nascimento do filho de “Dona Sinhá”, mulher que encarna a permanência das antigas senhoras da nobiliarquia pernambucana e que dá nome à seminovela. Tudo aqui é permanência: o bairro, os modos aristocráticos, as palavras africanizadas dos criados. Em especial Inácia, que ensina ao filho de Dona Sinhá o português africanizado, as histórias de Iemanjá, aguçando seu imaginário para uma “África” que assusta a branca Dona Sinhá. A criança, já um pouco crescida, flutua, não sem certa tensão, entre esses dois mundos: o da mãe (católico, branco, aristocrático e, também, europeizado) e o da criada negra Inácia (africano, popular, imaginativo, místico, mas de um misticismo que parece “pecado africano”, “feitiço” e “mandinga”) (FREYRE, 1964, p. 36). Se a família branca dos Magalhães negava educação escolar/letramento ao pobre menino Gregório, a negra Inácia propiciava



à criança branca dos Wanderleys seus saberes ancestrais. Enquanto Amaro é o “sorriso bom”, criado que sabia todas as rezas católicas (também é só isso mesmo que a família Magalhães ensina a Gregório), Inácia já aponta para a outra matriz cultural: a África.³

E o leitor da seminovela gilbertiana é conduzido para o interior das casas que ainda mantinham antigos escravizados em seu domínio. É nesse interior que está um Brasil telúrico, os elementos chamados por ele de “intuitivos” e naturais, os sentimentos, o “pré-intelectual” necessário ao brasileiro e à brasilidade. O retorno do afrancesado Paulo Tavares, vindo de Paris, marca a profunda necessidade dele “reintegrar-se”. Paris é afastamento. Ao contrário da clássica expressão do ensaísta Paulo Prado (1869-1943), para quem o poeta Oswald de Andrade redescobre o Brasil “do alto de um ateliê da Place Clichy”, em Paris (OLIVEIRA, 2002, p. 70), Freyre sugere que o Brasil está nas conversas íntimas com as “velhas negras da casa”, aqui mesmo, em algum bairro de Recife. É a elas que recorre o ávido Paulo Tavares. O retorno à infância (vivida ainda durante a escravidão), ao “pré-intelectual”, ao que é de mais “íntimo” só é possível porque ele ainda encontra a preta Esperança viva, apesar de surda e já decadente. (FREYRE, 1964, p. 111-112). Esperança é a negra da casa que mantém “seus modos, ainda de escrava embora sempre fôrra”, porque, diz Freyre, levava uma vida “de parenta preta dos seus brancos bem-nascidos”, e a única que pode ajudar Paulo Tavares no retorno a uma Recife tropical, chuvosa e pegajenta.⁴

Longe da Paris, fria e impessoal, de experiência meramente intelectual, Paulo Tavares vai procurar, em um Recife já um tanto moderno, uma infância, um tempo perdido: um tempo de escravidão, onde era servido por “negros robustos”, de “sorriso bom”. Ainda que sob outra perspectiva, escrutinar casas, quartos de empregadas, no passado, ou elevadores de serviços, cozinhas e estatutos de condomínio, no presente, diz muito sobre as permanências históricas da escravidão na pós-emancipação.

³ Essa África idealizada no “sorriso bom” de Amaro e nos saberes de Inácia contrasta com as perseguições ao chamado Catimbó, cuja imprensa recifense do mesmo período da seminovela apontava como “herança maldita” dos africanos. Ver texto do professor José Bento Rosa da Silva (2019, p. 175).

⁴ Paulo Tavares, como vários personagens da seminovela gilbertiana (inclusive a idosa africana Esperança) podem ser descritos como “tipos ideais” weberianos. Paulo é o típico filho de famílias ilustres brasileiras, estudante de Medicina, que deixa o país no Império para realizar seus estudos, volta na República, já bastante europeizado, vivendo as influências dos dois mundos. Já Esperança é a típica escravizada que fica junto da família senhorial até a morte, um repositório de antigas memórias domésticas e familiares, uma “preta” contadora de histórias. No posfácio, o próprio Gilberto Freyre sugere influências de Max Weber na composição dos personagens. (FREYRE, 1964, p. 180).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BELLO, Júlio. *Memórias de um senhor de engenho*. 3ª ed. Recife: FUNDARPE, 1985.

BEZERRA, Gregório. *Memórias* (primeira parte: 1900-1945). 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FREYRE, Gilberto. *Ordem & progresso*. 6ª ed. São Paulo: Global Editora, 2004.

_____. *O velho Félix e suas “Memórias de um Cavalcanti”*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.

_____. *Dona Sinhá e o Filho Padre*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1964.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

OLIVEIRA, Vera Lúcia de. *Poesia, mito e história no modernismo brasileiro*. São Paulo: Editora UNESP; Blumenau, SC: FURB, 2002.

REGO, José Lins do. *Ligeiros traços: escritos da juventude*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2007.

_____. *O moleque Ricardo*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, s/d.,

SETTE, Mário. *Memórias íntimas: caminhos de um coração*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.

SILVA, José Bento Rosa da. O paraíso do catimbó: Recife nas primeiras décadas do século XX. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN)*, v. 11, n. 29, p. 174-197, jun-ago 2019.

SILVA, Maciel Henrique. *Nem mãe preta, nem negra fulô: histórias de trabalhadora doméstica em Recife e Salvador (1870-1910)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

_____. De literaturas e quase ficções: a escravidão doméstica em Pernambuco. In: CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson. *História da escravidão em Pernambuco. Recife: Editora Universitária da UFPE*, 2012. P. 345-368.

VILELA, Carneiro. *A emparedada da Rua Nova*. 4ª ed. Recife: Ed. do Organizador, 2005.

Recebido 03/07/2020

Aprovado em 22/07/2020